

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

SOLICITAÇÃO DE AÇÃO EDUCACIONAL INTERNA
(PROMOVIDA PELO MPDFT)

INFORMAÇÕES DO SOLICITANTE

Nome completo:

ALIOMAR LUIS LIMA DE OLIVEIRA

Cargo/Função:

Analista em Gestão Pública

Unidade:

Assessoria de Políticas de Atendimento ao Público

Telefone:

61981501672

E-mail:

ALIOMARLUIS@GMAIL.COM

INFORMAÇÕES DA AÇÃO EDUCACIONAL

Título da Ação educacional:

Comunicação humanizada no sistema de Justiça

Tipo da Ação:

Palestra - Exposição de conteúdos por especialista, geralmente de curta duração

Outro:

-

Modalidade:

Presencial

Público-alvo:

Membros:

Sim

Servidores:

Sim

Residentes e estagiários:

Sim

Público Externo*:

Não

Especificação do Público Externo:

-

Quantidade de vagas (detalhar por público-alvo):

300

Data:

12/12/2025

Horário:

15h

Local:

Auditório

Carga horária:

4h

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Existe um diagnóstico prévio dessa necessidade?

Sim (selecione a opção abaixo)

Selecione:

-

Outro:

-

Qual necessidade ou problema motivou essa solicitação?

Reforçar a importância de usar uma linguagem simples e empática por parte das equipes de atendimento e com isso tornar o sistema judicial mais acessível às pessoas comuns, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, se valendo da história de sucesso do palestrante que se tornou viral nas redes sociais.

O viés da palestra se funda na compreensão genuína das circunstâncias das pessoas, que permite uma resolução de conflitos mais justa e eficaz, porque vai além da simples transmissão de informações ao estabelecer uma conexão emocional e respeitosa com o interlocutor.

Quais resultados essa ação deve alcançar?

Inspiração e motivação: Muitos se sentem inspirados pela trajetória de vida do palestrante, de origem humilde e com dificuldades, que alcançou o sucesso através de foco e persistência. A história serve de motivação em especial para servidores públicos que lidam diariamente com o público.

Mudança de perspectiva: A palestra oferece uma nova visão sobre o sistema de justiça, mostrando que ele pode ser mais acessível e humano.

Quais os conhecimentos, habilidades e/ou atitudes serão desenvolvidas ou aprimoradas?

Os participantes aprendem sobre técnicas como a escuta ativa, empatia e o "espelhamento", que o palestrante utiliza para se conectar com as partes em audiência. Isso pode ser aplicado não apenas no contexto jurídico, mas em qualquer relação profissional ou pessoal.

Conteúdo mínimo a ser abordado na ação educacional:

Linguagem simples e acessível, especialmente para os mais vulneráveis;

Escuta ativa, empática

Espelhamento

Conexão emocional

Há indicação de instrutor(es) para esta ação?

Sim (informe abaixo)

No caso de indicação de instrutores, informe os dados, como nome completo, contatos, site, etc...

Dr. Kleiton Ferreira, Juiz Federal Seção Judiciária de Alagoas;

Instagram: @kleitonescritor

Whats'app: (82) 9644-9831

Justifique a escolha do(a) contratado(a), especialmente em relação à notória especialização da empresa ou do profissional envolvido.

O palestrante possui notória especialização no tema de comunicação humanizada.

Esta ação acarretará ônus de instrutoria para o MPDFT?

Sim

Esta ação deverá ser registrada para fins de Gratificação de Atividade de Segurança - GAS?

Não*

*As ações internas que não são destinadas para GAS serão registradas para

fins de Adicional de Qualificação.

RECURSOS/SERVIÇOS NECESSÁRIOS

Secor:

Apoio ao planejamento e estruturação da ação educacional:

Sim

Edital de seleção:

Sim

Link de Inscrição:

Sim

Registro de presença:

Sim

Emissão de certificados:

Sim

Secom:

Produção de peças para divulgação:

Sim

Nota jornalística para divulgação:

Sim

Contatos com outros órgãos públicos (Mailing):

Não

Audiovisual:

Gravação:

Sim

Projeção de imagem e áudio (microfone):

Sim

Transmissão ao vivo :

Não

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:



Documento assinado eletronicamente por **ALIOMAR LUÍS LIMA DE OLIVEIRA, Analista do MPU**, em 29/09/2025, às 15:22, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2726344** e o código CRC **8518EA37**.